

Programa Comunidades FURG – COMUF

Área temática: Cultura

BAPTISTA, Jean (Coordenador), GOULART, Treyce Ellen (Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão da FURG), BORGES, Alexandre (Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão da FURG)

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo

O programa Comunidades-FURG se propõe a agir sobre demandas sociais apresentadas à universidade contemporânea, ressaltando seu papel de agente conectado às comunidades. Procura reunir alternativas sociais de caráter transformador sobre a realidade, onde se entende que as comunidades apresentam prejuízos ocasionados pela progressiva modernização experimentada pela região. Sobretudo, procura criar mecanismos de mediação entre os interesses das comunidades e os canais que a universidade possui para dar visibilidade aos problemas, prestar serviços e disponibilizar apoio técnico-científico, quando solicitada, na concretização de programas de ações de proteção e reconhecimento de práticas tradicionais, políticas de inclusão e ações pró-patrimônio. Nesse sentido, o COMUF é composto por alunos provenientes de comunidades diretamente afetadas pelas pressões da modernização do município de Rio Grande e do Rio Grande do Sul, assim como de cotistas e outros universitários interessados em combater desigualdades, racismos, homofobia e processos de exclusão e deteriorização do patrimônio e das relações sociais mediante a construção de ações fundamentadas na Constituição Brasileira, na Legislação Patrimonial e no estabelecimento de relações transformadoras.

Palavras-chave: Educação não-formal, Diversidade cultural, Patrimônio.

Introdução

As comunidades que compõem a região distrital do município de Rio Grande sofrem profundas pressões do contemporâneo. O grupo entende que as comunidades em questão estão enfrentando crises que podem comprometer sua existência. Essas crises relacionam-se com aspectos: a) ambientais: a poluição da Lagoa dos Patos, a pesca



industrial, a ampliação dos moles da barra para atendimento do porto, comprometeu a pesca como um todo mediante o desaparecimento dos grandes cardumes de peixes, relegando às comunidades de pescadores a miséria, o desmerecimento e a introjeção de uma responsabilidade pelos danos ambientais, o que compromete a imagem dos pescadores (até então com prestígio social) e um amplo conjunto de saberes e práticas; b) a agroindústria, em conjunto com suas concepções de cultivo e ao surgimento de pragas como a pérola, que hoje domina praticamente todo território de ilhas como a dos Marinheiros, pressiona que os produtores rurais de bebidas típicas da região (como a jurupiga), de flores e de arroz, a finalizar suas atividades; c) a história indígena e a história afro-brasileira tem sido suprimida mediante a ausência de políticas e ações que forneçam uma crítica sobre a ausência da diversidade na concepção identitária da região, onde prevalece o discurso de ocupação do território apenas por portugueses; d) a população indígena que outrora ocupava o vasto território e que teve seu último grupo assentado expulso há pouco mais de 20 anos, hoje tenta retomar seu lugar na região, embora lhe pese acusações de não-pertencimento por meio de expressões generalizadas como “Os índios não são daqui”, o que lhes tem provocado uma localização desfavorável tanto na universidade quanto fora dela; e) A memória afro-brasileira, apesar de estar assentada nos movimentos sociais existentes na região, não recebeu nenhum tratamento historiográfico ou mapeamento científico, assim como carece de um conjunto de ações que possam a vir promover de forma positiva sua inserção significativa na história da região e nas políticas de regulamentação fundiária; f) O patrimônio material dos distritos de Rio Grande está em franco processo de arruinamento, onde as comunidades são destituídas da possibilidade de retomada; g) O patrimônio imaterial da região, mediante este cenário, resiste graças às articulações das comunidades em atividades isoladas, mas não conta com apoio para sua salvaguarda (adesão de jovens, oficinas, musealizações, esclarecimentos sobre legislação patrimonial, informações sobre políticas de inclusão na universidade, entre outras); h) O COMUF entende que este cenário não é necessariamente específico dos distritos de Rio Grande, e por isso se envolve com outros municípios, tal qual São Miguel das Missões e Iraí (de onde provêm os indígenas que hoje tentam retomar a região e cotistas) e São José do Norte (cidade vizinha que também enfrenta as transformações portuárias), assim como se mantém atento a outras localidades.i) tal logo o grupo tenha se formado, parte dos alunos passou a solicitar a inclusão de outras temáticas relacionadas à exclusão, sendo que a necessidade de se discutir a homofobia criou o Coletivo Diversidade, interessado em refletir sobre a diversidade afetiva no interior e fora da universidade, compreendendo a

memória social sobre os homossexuais como parte do patrimônio subterrâneo da região. Também, o programa entende o conceito de patrimônio indissociável do de Direitos Humanos, o que possibilita a geração de alternativas jurídicas interessadas em defender o patrimônio a fim de dar visibilidade a pertencimentos, práticas tradicionais e memórias sociais.

Material e Metodologia

O COMUF é composto de um conjunto de práticas metodológicas flexíveis conforme as dinâmicas elaboradas. Tendo em vista sua vasta gama de ação, cada atividade requer alternativas diferenciadas que levam a uma conexão entre extensão, pesquisa-ação, avaliação e sistematização das informações coletadas.

Sendo a interação entre saberes que nos importa e a busca de alternativas universitárias mediante a globalização que se apresenta (SANTOS, 2008), a metodologia parte dos próprios indivíduos envolvidos. “O método nasce a partir da problematização da vida cotidiano, os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas” (Gohn, 2006, p. 33-34). Contudo, as metodologias empregadas nas relações não-formais são tratadas com “alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não-formal” (Gohn, 2006, p. 35).

A metodologia de Roda de Memória ou Roda de História apresenta-se como uma alternativa aos riscos da exploração dos saberes comunitários por parte da academia. Ao se realizar em espaço público, integrando distintos membros das comunidades envolvidas, severamente integrados sobre a intenção do encontro, possibilita que a intenção de cada um em prol de um objetivo comum possa ser alcançado com respeito ao bem de cada um. Nesse sentido, configura-se como uma das principais metodologias do grupo. Entende-se esse gênero de atividade guiado a partir de uma problemática definida conforme os interesses das comunidades. Fica a cargo da problemática se ocorrerá uma definição espaço-temporal, embora se recomende, assim como se procura identificar como cada membro da roda se insere na problemática do ponto de vista histórico e presencial. Evitam-se perguntas diretas, embora sejam utilizadas imagens, trechos de filmes, fotografias, músicas ou registros escritos para instigar a memória. Posteriormente, procura-se selecionar entre os envolvidos as principais memórias que podem servir para a ação que se

pretende, não sem deixar de lado outras informações que possam levar a novas problemáticas e a novas conquistas (Cof. LOPEZ, 2008, p. 55). Entende-se o processo de coleta de informações como um processo construído socialmente, fundamentado no respeito aos bens das comunidades e suas escolhas no que diz respeito ao que consideram público ou que pretendem manter numa dimensão de mistério. Tal postura afeta a prática de entrevista, então promovida a uma relação não-diretiva (Thiollent, 1980, p. 81). Nesse sentido, Viveiros de Castro (2001, p. 123-125) aponta para necessidade do antropólogo em se deparar com seus entrevistados enquanto interlocutores, construtores do discurso etnográfico. Para a coleta de dados documentais, em especial para dados históricos provenientes de arquivos, bibliografias e outras fontes tradicionais da história, o programa utiliza técnicas paleográficas e fichamentos temáticos, assim como a geração de um banco de dados acesso. Para realização de estudos patrimoniais, o COMUF recorre a estratégias de inventários e registro, valendo-se do Manual para Aplicação do INRC como orientação basilar (Fonseca, 2004). São, portanto, metodologias que procuram superar a hierarquização dos saberes, compreendendo os universitários como parte do programa, não como seu elemento determinante.

Resultados e Discussões:

Ao entender a região como um cenário em crise, o grupo de extensão COMUF, ainda que fundado apenas há um ano, justifica-se na medida em que desenvolve atividades que já estão promovendo resultados significativos, como se observa em seus cinco pilares temáticos: 1) Projeto Quilombolas Somos Nós: partindo da solicitação de uma quilombola, formou-se o grupo que procura documentar uma sociedade quilombola que foi desmembrada nos anos de 1970 de suas terras para o interior da Vila da Quinta. O projeto possibilita a reunião de estudantes que entendem a necessidade de combate ao racismo por meio da aplicação da legislação, pesquisas históricas e rodas de memória, alternativas que colaboram na construção de uma identidade negra no interior da instituição e na divulgação da história afro-brasilera da região. 2) Projeto Jurupiga: a partir de demandas apresentadas por produtores de jurupiga da Ilha dos Marinheiros, procura-se criar meios de promoção da bebida, em especial mediante seu fortalecimento jurídico. 3) Coletivo Diversidade: inicialmente interessado em construir uma disciplina que abordasse a história da homofobia no curso da história, o coletivo passou a reunir estudantes e professores de diversas áreas, a promover debates em redes de TV e rádio, a dimensionar a história da homofobia na região e, em 28 de junho de 2011, realizou a construção da primeira

bandeira GLBT no Centro de Convivência da universidade em parceria com artistas das comunidades. 4) História Indígena: além de buscar a ampliação dos direitos Kaingangues que todo ano vão à praia do Cassino vender artesanato no verão, o grupo procura dimensionar a história documental e oral sobre os povos indígenas que habitavam a região, promovendo uma maior visibilidade sobre o processo de violência que estas populações tem encontrado, além de percorrer aldeias para divulgar o programa de acesso e permanência da universidade. 5) Apoio técnico às instituições de educação, memória, cultura: o grupo tem sido solicitado a colaborar com instituições da região, tal qual o Eco-Museu da Picada e o Museu Histórico de São José do Norte, assim como promove em escolas o curso de capacitação em História Indígena e Afro-Brasileira.

Conclusão:

Considera-se, por fim, que o Programa em início de execução pretende avançar na conquista dos direitos comunitários. No último edital do MEC para extensão, o programa foi contemplado com financiamento para 2012, o que possibilitará a realização ampla de suas ações.

Referências:

CASTRO, Viveiros. O campo da selva visto da praia. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2001, v. 5. n. 1.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Celebrações e Saberes da cultura popular. Rio de Janeiro: FUNART-IPHAN, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Ensaio: avaliação das políticas públicas da Educação Pública. Educação: Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LOPEZ, Immaculada. Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa, Senac São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI. Para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1980.

